



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8095 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

GT11 DA ANPED: PRODUÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTRANGEIROS

Milene Dias Amorim - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Giselle Cristina Martins Real - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT)

GT11 DA ANPED: PRODUÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTRANGEIROS

A educação superior ocupa centralidade na agenda política brasileira, assim como, é importante objeto de estudo para o campo acadêmico (SOUSA, 2016; SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Indicador dessa relevância pode ser notado na constituição do Grupo de Trabalho 11 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (GT 11 da Anped) cuja nomenclatura é Política de Educação Superior. A importância da constituição de GT na Anped é apontada por pesquisadores da área da educação como evidência de construção de um campo de pesquisa (STREMEL, 2016; SANTOS, AZEVEDO, 2009).

Apesar dos balanços que o GT 11 realiza sobre suas produções de forma a evidenciar seus processos de construção e transformação (FAVERO, 1999), não há estudos recentes dessa produção, inclusive que focalizem aspectos específicos, como é o caso do reconhecimento de títulos de pós-graduação estrangeiros (RTPGE).

Nessa direção, este trabalho tem por finalidade contribuir com um balanço da produção desse Grupo de Trabalho, ao realizar um levantamento sobre as produções concernentes ao processo de RTPGE com intuito de explicitar o que já foi produzido sobre o assunto e apontar possíveis lacunas.

Trata-se de um estudo bibliográfico, com análise dos trabalhos completos, pôsteres e trabalhos encomendados, apresentados nas reuniões nacionais inseridas no período de 2000 a 2019, somando-se 17 reuniões. Os descritores selecionados foram: “reconhecimento de títulos”. Como não há uma ferramenta de busca por palavra-chave, foi analisado artigo por artigo. Para tanto, foram considerados título, resumo, palavras-chave e o texto na íntegra,

quando necessário.

Dentro das condições estipuladas, obteve-se o resultado de 06 estudos que trazem em seu contexto a temática investigada, desses, 05 são trabalhos completos e 01 pôster. Não houve trabalhos encomendados que tratassem do tema. Os trabalhos constam no Quadro 1:

Quadro 01 – Pesquisas resultantes das buscas pelos descritores por reunião, ano, nome, autores (as), IES e tipo.

Reunião	Ano	Trabalhos	Autor(a)	IES	Tipo
28 ^a	2005	Estado do conhecimento sobre internacionalização universitária: princípios e práticas	Marília Costa Morosini	PUCRS	Trabalho completo
29 ^a	2006	A integração dos sistemas de educação superior na Europa: de Roma a Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica	Mário Luiz Neves de Azevedo	UEM	Trabalho completo
32 ^a	2009	Impactos da expansão da educação superior na mobilidade estudantil: o eixo Brasil - Paraguai	Giselle Cristina Martins Real	UFGD	Pôster
33 ^a	2010	Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades	Suely Ferreira	UEG	Trabalho completo
37 ^a	2015	A expansão e a internacionalização da educação superior	Olgaíses Cabral Maués	UFPA	Trabalho completo
38 ^a	2017	O Estado brasileiro em ação: delineamentos da política de revalidação de diplomas estrangeiros	Giselle Cristina Martins Real; Ana Lucia Marran; Kelei Zeni	UFGD	Trabalho completo

*Elaboração própria a partir de buscas com descritores nas reuniões nacionais da ANPED

Visualiza-se no Quadro 1 que as produções sobre o assunto aparecem apenas a partir de 2005 e se situam de maneira descontínua na periodicidade das reuniões.

Os estudos têm ênfase em análises documental e bibliográfica, tendo como ponto comum a discussão sobre a inserção da educação superior no cenário globalizante como produto de mercado.

Morosini (2005) introduz o assunto nas reuniões nacionais da entidade com uma pesquisa do tipo “estado do conhecimento” sobre internacionalização universitária. Entre os achados não se faz menção ao reconhecimento de títulos, sendo este rapidamente mencionado, ainda, na introdução como forma de explicitar que os formalismos e a dependência das políticas estatais têm dificultado a autonomia no âmbito da internacionalização da educação superior; entre esses está o reconhecimento de títulos estrangeiros, apontado como ato de controle do Estado.

Em 2006, tem o estudo de Azevedo (2006) onde é abordado o contexto da implantação do Espaço Europeu de Ensino Superior desde a primeira reunião em 1998 que gerou a declaração de Sorbonne. No que diz respeito ao reconhecimento de títulos, o texto o menciona como uma das três áreas prioritárias com mudança substancial após a reunião de

Berlin em 2003 (AZEVEDO, 2006). Porém não é mencionado quais foram essas mudanças substanciais ocorridas sobre o assunto.

Em 2009, Real (2009) apresenta uma análise dos impactos do Mercosul na educação superior entre Brasil e Paraguai, principalmente no que diz respeito à mobilidade estudantil e a expansão institucional acarretada pela visão mercadológica da educação. Verificou-se um forte trânsito de brasileiros em busca de titulação acadêmica de graduação e de pós-graduação nas instituições privadas paraguaias devido ao baixo custo e a não existência de seleção para ingresso. O reconhecimento de títulos aparece no momento em que a autora cita o Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005 que promulga o acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos estados partes do Mercosul como avanço para o contexto, mas, ao mesmo tempo, aponta que o “currículo diferenciado, políticas de avaliações distintas, normas jurídico-legais particularizadas, entre outros fatores” (REAL, 2009. p. 02) são pontos nevrálgicos entre as políticas educacionais desses países, impossibilitando, assim, consenso acerca do reconhecimento automático.

Seguindo a ótica da internacionalização da educação superior, Ferreira (2010) traz uma análise das reformas da educação superior no Brasil e no Processo de Bolonha. Quanto ao reconhecimento de títulos, o texto faz uma abordagem ao citar a criação do Espaço de Encontro Latino Americano e Caribenho de Educação Superior, o ENLACES, onde um de seus principais objetivos é o reconhecimento mútuo de títulos estrangeiros entre os partícipes (FERREIRA, 2010).

No trabalho de Maués (2015) o assunto é abordado ao tratar dos objetivos da criação de Processo de Bolonha, voltado para fortalecer o mercado e a construção do conhecimento para a competitividade. Nesse sentido, busca criar um grande cenário de mobilidade estudantil, de forma a se fazer necessário estabelecer elementos comuns no sistema de educação superior entre os países partícipes, para facilitar o reconhecimento de títulos entre eles. A autora também fala sobre o assunto quando menciona o Acordo do Mercosul, ao se referir a uma falsa crença de que há reconhecimento automático nesse contexto (MAUÉS, 2015).

Real, Marran e Zeni (2017) explicitam as ações dos três poderes do Estado brasileiro, disciplinando o processo de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros, particularmente, de cursos de medicina. Nesse sentido, indicam que o Executivo tem promovido a criação de programas específicos. Também, apontam para número crescente de ações no judiciário que ultrapassam a 3.600 ajuizamentos e a tramitação de Projeto de Lei no âmbito do legislativo. Embora, focalizem os diplomas de cursos de graduação mencionam que as medidas do Estado, também, referem-se ao processo de RTPGE.

Após uma breve abordagem do panorama geral sobre as produções encontradas, deve-se destacar que o contexto dessas pesquisas está imerso em discussões sobre o papel do Estado, das políticas públicas e dos organismos internacionais; e utilizam desses para explicar a função da educação superior nos âmbitos do Processo de Bolonha e do Acordo do Mercosul, a tratando como “serviço rentável, atrativo, com uma clientela garantida, cujas possibilidades de expansão se arvoram promissoras” (MAUÉS, 2015, p.04).

A síntese dos trabalhos encontrados permite considerar, ainda, que o reconhecimento de diplomas estrangeiros está ligado ao processo de internacionalização da educação superior como uma das premissas fundamentais para a execução do projeto de flexibilidade da mobilidade estudantil entre países. Essa condição está atrelada a um contexto maior, ao da globalização, onde, pela ótica neoliberal, a graduação e a pós-graduação se transformaram em produtos de comercialização, tendo em vista que, segundo Gatti (2001), nessa nova sociedade, o poder deixou de estar apenas no capital financeiro e passou a estar também na produção do conhecimento e das novas tecnologias da informação e comunicação.

Porém, é perceptível que as pesquisas não focam o RTPGE como objeto de estudo, tomando esse processo como fator secundarizado e atrelado à internacionalização da educação superior e o papel da educação no contexto dos acordos supranacionais.

No âmbito do GT 11 o RTPGE não se configura como tema central, diferentemente do

que ocorre no contexto do campo político. Esse dado indica a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto, tendo em vista o número crescente desses processos (CONCEIÇÃO, AMORIM, REAL, 2020) e da centralidade que o fenômeno adquire no campo político, ainda desconsiderado pelo campo acadêmico.

Palavra-chave: GT11. Reconhecimento de título. Pós-graduação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. N. de. A integração dos sistemas de educação superior na Europa: de Roma a Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica. **29º Reunião Nacional da ANPEd**. Caxambu/MG: ANPEd, 2006.

CONCEIÇÃO, J. C. da; AMORIM, M.D.; REAL, G.C.M. Mobilidade estudantil na América Latina: revelações da validação de títulos estrangeiros no Brasil. **RPGE**, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 747 – 761, ago. 2020.

FÁVERO, M. de L. de A. O GT de política de educação superior: anotações para um debate. **ANPEd**, 1999. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/resources/Hist_rico_2.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

FERREIRA, S. Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades. **33º Reunião Nacional da ANPEd**. Caxambu/MG: ANPEd, 2010.

GATTI, B. Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. **RBE**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 108 – 154, set/dez 2001.

MAUÉS, O. C. A expansão e a internacionalização da educação superior. **37º Reunião Nacional da ANPEd**. Florianópolis/SC: ANPEd, 2015.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. **28º Reunião Nacional da ANPEd**. Caxambu/MG: ANPEd, 2005.

REAL, G. C. M.; MARRAN, A. L.; ZENI, K. O Estado brasileiro em ação: delineamentos da política de revalidação de diplomas estrangeiros. **38º Reunião Nacional da ANPEd**. São Luiz do Maranhão/MA: ANPEd, 2017

REAL, G. C. M. Impactos da expansão da educação superior na mobilidade estudantil: o eixo Brasil – Paraguai. **32º Reunião Nacional da ANPEd**. Caxambu/MG: ANPEd, 2009.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 42 set./dez. 2009, p. 534 - 605.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2016.

SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Relepe em Revista**, Ponta Grossa, v. 1, n.1, p. 75 – 89, enero-junio 2016.